



Esforço concentrado recomeça com MP sobre calamidades



Cheia atinge Rio Branco: MPs buscam minimizar calamidades públicas

Adonny Melo/Agência de Notícias do Acre

Medida provisória que abre crédito para municípios em calamidade pública deve ser votada nesta semana, quando o Senado realiza o segundo esforço concentrado durante o período de campanha eleitoral

A segunda semana de esforço concentrado de votações no Senado antes das eleições municipais começa amanhã com a análise da medida provisória que abre linha de crédito para municípios em calamidade pública. A MP prevê ainda outros benefícios para essas cidades, como a renegociação de dívidas

previdenciárias. Entre os demais itens da pauta, está a reabertura de prazo para estados e municípios aderirem a programa de pagamento de precatórios. Também amanhã haverá reunião da Mesa do Senado, que analisa, entre outros, pedido de informações sobre o orçamento da Petrobras para patrocínio de atividades culturais. **3**

Marco da mineração deve entrar este ano na pauta do Congresso

Governo estuda a consolidação, em um só texto a ser analisado pela Câmara e Senado, de três projetos: o de mudanças na política de *royalties*,

o que institui a Agência Nacional de Mineração e o que dispõe sobre a criação do Conselho Nacional de Política Mineral e mudanças na outorga. **2**



Companhia Vale do Rio Doce

Mina de ferro em Carajás, no Pará: Executivo está elaborando marco regulatório

CPI quer ouvir Pagot amanhã e Cavendish na quarta

Os depoimentos do ex-diretor-geral do Dnit Luiz Antônio Pagot e do ex-presidente da empreiteira Delta Fernando Cavendish são os mais aguardados desde

que a CPI do Cachoeira retomou os trabalhos após o recesso parlamentar. O empresário, no entanto, já pediu ao STF *habeas corpus* para não comparecer. **4**

Ministro da Justiça falará sobre o novo Código Penal **4**

Projeto facilita remessa de até US\$ 10 mil ao exterior **4**

Viana vê clima para acordo sobre Código Florestal **3**



José Cruz/Agência Senado

Érico Andrei, da Plone Foundation, concorda que é preciso investir para ter mão de obra especializada na plataforma

Faltam profissionais de TI para trabalhar com Plone

No encerramento do Plone Symposium, no Interlegis, o consultor da Produtiva TI Pablo Coelho alertou para a necessidade

de capacitar mais profissionais que possam trabalhar com o Plone, sistema aberto de gerenciamento de conteúdos. **2**

Governo estuda a consolidação de três projetos de lei em um único texto, a ser analisado pelo Legislativo. Entre as propostas, estão mudanças na política de *royalties* e criação da Agência Nacional de Mineração

Marco da mineração deve ser debatido pelo Congresso

A PROPOSTA DE novo marco regulatório da mineração deve entrar na pauta do Senado e da Câmara até o fim do ano. Os estudos que resultaram em três projetos de lei foram concluídos pelo Ministério de Minas e Energia e encaminhados a outras áreas do Executivo.

A Casa Civil analisa a criação do Conselho Nacional de Política Mineral e mudanças na outorga. O Ministério do Planejamento examina projeto que institui a Agência Nacional de Mineração para substituir o Departamento Nacional de Produção Mineral. E o Ministério da Fazenda estuda uma nova política de *royalties*. As três propostas podem ser consolidadas em um único texto, a cargo da Casa Civil.

Segundo o Ministério de Minas e Energia, o objetivo da reformulação é maximizar o aproveitamento de jazidas, com controle ambiental, a fim de atrair investimentos.

No caso da outorga do título mineral, a ideia é combater a especulação improdutivo, incentivando o contínuo aproveitamento da jazida. A proposta do governo é incluir no novo regulamento normas específicas para substâncias que constam como monopólio da União: minerais e fósseis raros e águas minerais, entre outros. Também deve ser disciplinada a mineração em terras indígenas e na fronteira.

O novo modelo na política de *royalties* visa aperfeiçoar os procedimentos de arrecadação, fiscalização e cobrança.

São sugeridas alterações na forma de cálculo, nos critérios de distribuição e no uso da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem).

A criação da Agência Nacional de Mineração é prevista também em projeto de lei do Senado (PLS 306/12), de Gim Argello (PTB-DF), em tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Gim quer estimular a discussão do tema. Segundo ele, apesar de as jazidas brasileiras serem riquíssimas, a contribuição do setor para o desenvolvimento é menor do que o esperado. Para o senador, falta uma política clara, capaz de reduzir o clima de incerteza que inibe os investimentos.



Érico Andrei fala durante o encerramento do Plone Symposium South America, evento sobre tecnologia da informação

“Falta mão de obra especializada em Plone”

É preciso capacitar mais profissionais e gerar aplicativos que facilitem a utilização e a implementação do gerenciador de sistemas Plone, disse o consultor da Produtiva TI, Pablo Coelho, durante palestra, na sexta-feira, no Plone Symposium South America, realizado no Interlegis.

Segundo ele, dificuldades de instalação e escassez de mão de obra qualificada dificultam o crescimento da comunidade

Plone. O gerenciador, informou, está entre os projetos *top* de código aberto do mundo, com mais de 300 consultorias em 57 países.

— Desenvolvido desde 2001, está disponível para mais de 40 línguas e tem o melhor histórico de segurança entre os grandes CMSs [Content Management Systems] — disse.

O terceiro dia do simpósio contou com a participação de Emanuel Sartor, da consultoria

Menttes, que compartilhou experiências e lições após sete anos como desenvolvedor do Plone, e de Érico Andrei, um dos cinco representantes brasileiros da Plone Foundation. Andrei concordou com Coelho quanto à necessidade de investir na mão de obra do país para elevar a participação na comunidade Plone, considerada pequena por ele. A Plone Foundation tem 127 membros em vários países.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

PLENÁRIO: Corretor de imóveis

14h A sessão é não deliberativa. Às 18h30, sessão especial em comemoração ao Dia do Corretor de Imóveis, comemorado hoje.

CDH: Ouvidorias

9h A Comissão de Direitos Humanos debate a importância das ouvidorias para a efetivação dos direitos humanos. Foi convidado, entre outros, o ouvidor da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Carlos Alberto Junior.

TERÇA

CMA: Substituição do PIB

9h A Comissão de Meio Ambiente debate a troca do PIB por índice de desenvolvimento sustentável. Às 11h30, analisa projeto que informa sobre tributos incidentes em bens e serviços.

CAE: Free shops

10h Na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos, projeto que libera em municípios brasileiros que fazem fronteira com outro país a abertura de lojas francas, os chamados *free shops*.

CPI DO CACHOEIRA: Pagot

10h15 A Comissão Parlamentar de Inquérito do Cachoeira ouve o ex-diretor-geral do Dnit Luiz Antônio Pagot e o empresário Adir Assad, apontado como agente usado pela Delta para lavar dinheiro.

CE: Crimes hediondos

11h A Comissão de Educação examina proposta que inclui, entre os crimes hediondos, formação de quadrilha, corrupção e peculato, além de crimes contra licitações na saúde e na educação.

MESA DO SENADO: Requerimentos

14h30 Reunião administrativa da Mesa do Senado para apreciação de requerimentos.

QUARTA

CCT: Programa nuclear

9h A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática vota substitutivo a projeto que institui o Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro.

CAS: Drogas

9h Projeto que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente para garantir tratamento especial ao adolescente viciado em drogas está na pauta da Comissão de Assuntos Sociais.

AVIAÇÃO CIVIL: Debate

9h A Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil discute aviação agrícola e serviços auxiliares de transporte aéreo.

PARLATINO: Comissões temáticas

9h Abertura das reuniões das comissões temáticas do Parlamento Latino-Americano (Parlatino), no Interlegis.

CCJ: Porte de arma

10h Na Comissão de Constituição e Justiça, projeto sobre porte de arma a profissional de criminalística e medicina legal.

CPI DO CACHOEIRA: Cavendish

10h15 A Comissão Parlamentar de Inquérito do Cachoeira ouve o ex-presidente da Delta Fernando Cavendish e o ex-diretor da Dersa Paulo Souza.

CE: Greve de professores

10h A greve dos professores federais será discutida em audiência pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

CI: Indústria do petróleo

14h A Comissão de Serviços de Infraestrutura analisa, entre 32 itens, projeto de incentivos à indústria petrolífera.

CDR: Política urbana

14h A Comissão de Desenvolvimento Regional examina projeto que estabelece diretrizes gerais de política urbana.

FÓRUM BRASIL-EUROPA: Abertura

16h O Senado e a Câmara dos Deputados realizam o 19º Fórum Brasil-Europa. A cerimônia de abertura ocorre no Auditório Nereu Ramos, no Anexo 2 da Câmara.

QUINTA

CMA/CI: Preços de passagem aérea

8h30 Audiência das duas comissões discute as rotas aéreas e os elevados preços das passagens no Norte e no Nordeste.

CCJ: Concursos públicos

10h Audiência na Comissão de Constituição e Justiça discute projeto que disciplina a realização de concursos públicos.

CE: Educação básica

10h Audiência debate o tema “Educação básica: responsabilidade do governo federal?”. A audiência faz parte do ciclo de debates sobre educação e federalismo.

FGTS: Relatório preliminar

11h30 Apresentação do relatório preliminar da Subcomissão Temporária do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, **reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH)**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Sílvio Burler

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Mesa reúne-se amanhã para votar requerimentos de informação

Pedido de informações ao ministro de Minas e Energia sobre o orçamento da Petrobras para patrocínio de atividades culturais em ano de redução de lucros está na pauta de amanhã da Mesa do Senado. Também deve ser examinado pedido de informações ao Ministério do Planejamento sobre compensações que estados e municípios terão com as perdas pela redução da alíquota da Contribuição de Intervenção Sobre o Domínio Econômico (Cide) — Combustíveis.

Ricardo Ferraço (PMDB-ES), autor do requerimento

sobre a Petrobras, lembrou que a estatal reduziu as previsões de lucro em cerca de 30% para os próximos três anos. Já a redução da Cide, para Aécio Neves (PSDB-MG), prejudica o orçamento de entes federados.

Também serão analisados requerimentos como o de Jorge Viana (PT-AC) para informações sobre o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte e o de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) sobre fiscalização da fronteira do Amazonas e de Roraima em terras indígenas dos ianomâmis.

Porte de arma para agente de segurança mesmo fora de serviço

Agentes e guardas prisionais, guardas portuários e integrantes de escoltas de presos podem ser autorizados a portar arma de fogo fora de serviço, segundo projeto que será apreciado terminativamente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) na quarta-feira.

O PLC 87/11, do deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ), modifica o Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826/03). Segundo o relator, Gim Argello (PTB-DF), “todos esses servidores, pela característica de suas atividades, vivem em

situação de perigo constante e iminente”. Atualmente, a permissão é limitada a categorias como integrantes das Forças Armadas e da Polícia Federal e agentes vinculados à Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e à Presidência da República. Também será analisado na CCJ o projeto (PLS 199/06) do ex-senador Sérgio Zambiasi que libera o porte de arma de fogo por peritos criminais e de medicina legal e papiloscopistas que atuam nos institutos de criminalística, de identificação e de medicina legal.

Em debate, o papel das ouvidorias nos direitos humanos

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realiza audiência pública hoje, às 9h, sobre a importância das ouvidorias das instituições públicas para a efetivação dos direitos humanos. Paulo Paim (PT-RS), presidente do colegiado, propôs a audiência.

Foram convidados representantes de ouvidorias de instituições federais, entre eles, o ouvidor-geral do Senado, Flexa Ribeiro (PSDB-PA); a coordenadora da Ouvidoria do Senado, Regina Fontes; o chefe de gabinete da Ouvidoria da Câmara dos Deputados, Ruy Siqueira; o ouvidor da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Carlos Alberto Junior; e a ouvidora da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Ana Paula Gonçalves. Além deles, devem participar, entre outros, Márcia Maria da Silva, representante do ouvidor-geral do Ministério da Justiça, Ivan Fernandes Neves, e a presidente da Associação Brasileira de Ouvidores, Maria Inês Fornazaro.

Estados que integram a Sudene podem receber benefício de programa

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) pode votar quarta-feira projeto de lei que prevê a inclusão dos estados da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

O Repenec (Lei 12.249/10) concede benefícios relativos ao PIS-Pasep, à Cofins e ao IPI para obras estruturais no Norte, no Nordeste e no Centro-Oeste nos setores petroquímico, de refino de petróleo e de produção de amônia e ureia a partir do gás natural.

De acordo com o projeto, de Ricardo Ferraço (PMDB-ES), o Repenec terá vigência de quatro anos nos estados que fazem parte da Sudene, além das regiões Norte e Centro-Oeste.

O parecer do relator, Armando Monteiro (PTB-PE), é pela aprovação do projeto (PLS 68/11).



Chuvvas intensas como a que atingiram municípios de Santa Catarina em 2008 poderão gerar linhas de crédito especiais

MP sobre calamidades abre segunda semana de votação

Esforço concentrado analisa a partir de amanhã medida provisória que cria linhas de crédito especiais para setores produtivos de municípios em situação de calamidade pública ou estado de emergência

A SEGUNDA SEMANA de esforço concentrado no Senado terá votação de medidas provisórias (MPs) a partir de amanhã. Na pauta, está o PLV 20/12, decorrente da MP 565/12, que cria linhas de crédito especiais para os setores produtivos de municípios em calamidade pública ou estado de emergência. A MP foi aprovada semana passada pela Câmara dos Deputados.

O texto foi feito pela comissão mista que analisou a MP e teve como relator Walter Pinheiro (PT-BA). Além das linhas de crédito — temporárias, com prazo determinado pela intensidade e tipo de calamidade —, o projeto prevê outros benefícios para os municípios atingidos pela seca, como a renegociação de suas dívidas com o INSS.

Para definir os demais itens a serem votados nesta semana, o presidente do Senado, José Sarney, vai reunir o colégio de líderes, segundo informou o vice-líder do governo, Gim Argello (PTB-DF).



Walter Pinheiro, relator da medida provisória na comissão especial

A expectativa é que amanhã o Plenário vote, além da MP 565/12, a MP 569/12, que abre crédito extraordinário de R\$ 688 milhões para atender populações de municípios do Nordeste atingidos pela seca e de outras regiões que sofreram com chuvas intensas.

— São assuntos que devem ser aprovados até quarta — disse Gim.

Entre essas propostas, está a PEC 63/11, de Valdir Raupp (PMDB-RO), que reabre até 31 de dezembro de 2012 o prazo

para estados, Distrito Federal e municípios aderirem ao regime especial de pagamento de precatórios.

O projeto foi aprovado em primeiro turno no início do mês e estará na primeira sessão de discussão para votação em segundo turno. A PEC obriga os municípios a destinarem de 1% a 1,5% de suas receitas correntes líquidas ao pagamento dos precatórios. Para os estados, o percentual é de 1,5% a 2%. As dívidas são atualizadas pelas regras da poupança. O prazo para adesão terminou em 10 de março de 2010 e o governo tem interesse em prorrogá-lo.

Outra PEC é a 65/11, de Clésio Andrade (PMDB-MG), que cria o Tribunal Regional Federal da 6ª Região, em Belo Horizonte. A proposta está na última sessão de discussão.

Para hoje está prevista ainda uma sessão especial no Plenário, às 11h, em homenagem ao Dia do Corretor de Imóveis, comemorado no dia 27 de agosto. A iniciativa é de Gim Argello.

Jorge Viana vê ambiente para acordo sobre Código Florestal

Na avaliação de Jorge Viana (PT-AC), o adiamento por duas semanas da finalização do exame da medida provisória do Código Florestal favoreceu a reabertura de negociação entre ruralistas, ambientalistas e governo. O “freio de arrumação” foi uma estratégia acertada da comissão mista sobre a MP

571/12, disse o senador, que vê agora um clima favorável à retomada do diálogo.

A comissão volta a se reunir amanhã e tem o desafio de concluir o exame de

emendas à medida, algumas com demandas polêmicas. Viana afirmou que um impasse fora gerado com a aprovação de emenda que excluiu rios não perenes do conceito de área de preservação permanente (APP).

De acordo com ele, o relator, Luiz Henrique (PMDB-SC), não aceita mudanças que possam desfigurar seu relatório e o governo não aceita a inclusão de aspectos nem sequer considerados nas negociações do novo Código Florestal (Lei 12.651/12).



Jorge Viana

Em análise, novo índice de desenvolvimento para substituir o PIB

A adoção de um novo índice para medir o desenvolvimento dos países, que incorpore variáveis sociais e ambientais, além da econômica — a única levada em conta no produto interno bruto (PIB) —, será discutida com especialistas em audiência amanhã, na Comissão de Meio Ambiente (CMA), por proposta de Jorge Viana (PT-AC).

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que considera expectativa de vida, educação e renda, foi adotado na década de 1990 pela Organização das Nações Unidas (ONU) como medida de progresso nacional. Durante a Rio+20, foram apresentadas as bases conceituais para um futuro índice de desenvolvimento humano sustentável.



Dornelles diz que seu projeto será útil para a Copa e as Olimpíadas

Comissão analisa texto que facilita remessa de US\$ 10 mil ao exterior

Amanhã a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) examinará projeto (PLS 16/12) que dispensa contrato de câmbio para compra e venda de moeda estrangeira inferior a US\$ 10 mil. Já aprovado na Comissão de Relações Exteriores, o projeto de Francisco Dornelles (PP-RJ) tem, na CAE, relatório favorável de Cyro Miranda (PSDB-GO).

O objetivo é facilitar a compra de reais por quem está no Brasil em negócios ou visita turística e de dólares para quem vive no Brasil e deve remeter recursos ao exterior ou levar em viagem internacional. Dornelles disse que a mudança vai atender às necessidades de grandes eventos esportivos, como a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

A CAE deverá também votar outros 11 itens, incluindo requerimento de Lídice da Mata (PSB-BA) para audiência sobre a greve dos professores universitários.

Aviação agrícola e táxi-aéreo serão tema de debate quarta-feira

A Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil faz quarta-feira debate sobre aviação agrícola e empresas de serviços auxiliares de transporte aéreo. Participarão o presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola (Sindag), Nelson Paim, e o presidente da Helimarte Táxi Aéreo, Jorge Bitar Neto.

Sobre aviação agrícola, os senadores devem conhecer a situação do setor e discutir propostas para desenvolvê-lo. A principal queixa é a necessidade de mais apoio institucional.

A subcomissão está ligada à Comissão de Serviços de Infraestrutura e pretende encaminhar à presidente Dilma Rousseff documento com propostas de políticas públicas e ações. Relatório parcial já foi apresentado pelo senador Vital do Rêgo (PMDB-PB).

CPI do Cachoeira espera ouvir Pagot e Cavendish

Depoimentos de Luiz Antônio Pagot, ex-diretor geral do Dnit, e de Fernando Cavendish, ex-presidente da Delta, estão marcados para esta semana e são aguardados com expectativa por senadores e deputados

OS DOIS DEPOIMENTOS mais aguardados desde que a CPI do Cachoeira retomou os trabalhos após o recesso parlamentar estão marcados para esta semana. O ex-diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) Luiz Antônio Pagot foi convocado para amanhã. No dia seguinte é a vez do ex-presidente da empreiteira Delta Fernando Cavendish.

O empresário já impetrou, no Supremo Tribunal Federal (STF), *habeas corpus* com pedido de liminar para não comparecer à reunião, o que já era esperado pelo próprio presidente da CPI, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), que disse não esperar muito do depoimento.

Vital precisará administrar a pressão de alguns parlamentares contrários ao atual rito da comissão de dispensar imediatamente os convocados depois que eles alegam o direito constitucional de permanecer em silêncio.

— O depoimento do

Cavendish é o depoimento de uma testemunha como outra qualquer. Nós não podemos tratá-lo diferente de Demóstenes [Torres], diferente de A, B ou C. Temos um rito a cumprir, definido por decisão colegiada — afirmou.

A convocação do empresário que elevou a Delta ao patamar de uma das maiores construtoras do país, sendo a maior detentora de contratos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em vários estados, foi pedida por 14 parlamentares.

De acordo com a Polícia

Federal (PF), a Delta repassou milhões de reais a empresas de fachada ligadas a Carlinhos Cachoeira. Este, por sua vez, aparece em ligações telefônicas, gravadas pela PF, atuando em favor da empreiteira.

Os outros convocados pela CPI para esta semana são o empresário Adir Assad e Paulo Vieira de Souza, ex-diretor da Dersa, estatal responsável por obras viárias em São Paulo.

Assad, com depoimento marcado para amanhã, é dono das empresas JSM Terraplenagem e SP Terraplenagem, suspeitas de atuarem como laranjas e de terem sido beneficiadas com repasses de dinheiro público pela Delta. Ele também requereu ao STF o direito ao silêncio.

Paulo Vieira de Souza, o Paulo Preto, é acusado de atuar junto ao Dnit em busca de recursos para a campanha de José Serra à Presidência. Ele deve depor na quarta-feira. As reuniões estão previstas para começar às 10h15, na sala 2 da Ala Nilo Coelho.

Quem vai falar?

TERÇA, 28

► **Luiz Antônio Pagot**, ex-diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit)

► **Adir Assad**, dono das empresas JSM Terraplenagem e SP Terraplenagem

QUARTA, 29

► **Fernando Cavendish**, dono da empreiteira Delta

► **Paulo Vieira de Souza**, ex-diretor da Dersa



Deputado Odair Cunha e senador Vital do Rêgo, presidente da CPI: pressão para não dispensar depoente que não quer falar

Desvio de recursos da saúde e educação pode virar crime hediondo

Projeto que considera crime hediondo as práticas de formação de quadrilha, de corrupção passiva e ativa e de peculato relacionadas a contratos, programas e ações nas áreas da saúde ou educação públicas está na pauta de amanhã da Comissão de Educação (CE). O autor do PLS 676/11, Lobão Filho (PMDB-MA), ressaltou que, segundo a Advocacia-Geral da União, cerca de 70% dos recursos públicos desviados no Brasil são das duas áreas.

“Além dos mecanismos de controle e fiscalização para combater esse mal, cabe tornar a legislação ainda mais rígida”, defende o relator, Cristovam Buarque (PDT-DF). Da CE, a matéria segue para a Comissão de Constituição e Justiça, em decisão terminativa.

Lídice quer clareza nas informações sobre planos de telefonia

Projeto na pauta da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) obriga operadoras de telefonia móvel a manter, na sua página na internet, informações sobre condições de prestação dos serviços, tarifas e uso de créditos pré-pagos. Objetivo é manter usuários atualizados sobre os planos.

A autora da proposta (PLS 52/12), Lídice da Mata (PSB-BA), observa que a telefonia móvel no Brasil é oferecida por poucas empresas a mais de 80% da população, incluindo pessoas com dificuldades de acesso e de compreensão das informações. Além disso, segundo a senadora, a diversidade de planos e promoções prejudica a clareza.

Projeto garante a meninas de 9 a 13 anos imunização contra HPV

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) pode votar quarta-feira o projeto que determina a imunização contra o papilomavírus humano (HPV) pelo Sistema Único de Saúde (SUS) para meninas de 9 a 13 anos. A proposta (PLS 238/11), de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), já foi aprovada na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

A CAS pode votar também o projeto (PLS 284/11) de Waldemir Moka (PMDB-MS) que regulamenta o exercício da profissão de cuidador de pessoa idosa. A relatora, Marta Suplicy (PT-SP), lembra que já há no mercado mais de 10 mil cuidadores de idosos identificados pelo Ministério do Trabalho.



José Eduardo Cardozo encerrará ciclo de debates com autoridades

Ministro da Justiça debaterá novo Código Penal no Senado

O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, participará de audiência no Senado, dia 4 de setembro, para discutir o projeto de Código Penal (PLS 236/12). O debate será promovido pela comissão especial de senadores que examina texto elaborado por juristas. Além de consolidar num único texto a legislação penal, os juristas inovaram em temas como a punição do enriquecimento ilícito e o aumento de penas para corrupção.

A audiência será a última das três programadas para debater o projeto com autoridades. Primeiro a comissão recebeu três juristas da comissão que elaborou o anteprojeto. Na segunda audiência, foram ouvidos o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Ophir Cavalcante; a conselheira do Conselho Nacional do Ministério Público Taís Ferraz; e o presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros, Fernando Frago. Segundo, foram ouvidos o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Ophir Cavalcante; a conselheira do Conselho Nacional do Ministério Público Taís Ferraz; e o presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros, Fernando Frago.

Prazo para emendas termina no dia da audiência com Cardozo

O prazo para que os senadores apresentem emendas ao projeto do novo Código Penal encerra-se no mesmo dia da audiência. Os relatórios parciais devem ser divulgados de 6 a 20 do mesmo mês, e o relatório geral tem previsão para sair entre 21 e 27 de setembro. Já o parecer final deve ser concluído entre 28 de setembro e 4 de outubro.

O presidente da comissão especial, Eunício Oliveira (PMDB-CE), espera cumprir o cronograma para que a votação em Plenário aconteça este ano. O relator, Pedro Taques (PDT-MT), admitiu que o tempo é curto para temas complexos. Dia 21, em reunião com a comissão, o presidente da OAB, Ophir Cavalcante, pediu pelo menos dois meses para análise. Pelo regimento, os prazos podem ser prorrogados em até quatro vezes o tempo inicial.